

**ENSINO DE PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹**
*THE TEACHING OF PSYCHOLOGY IN THE PROFESSIONAL AND
TECHNOLOGICAL EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES*

Filipe Sales² e Márcia Paixão³

RESUMO

No presente artigo, o objetivo foi analisar os desafios e possibilidades do ensino de Psicologia na educação profissional e tecnológica. Através de pesquisa aplicada a coordenadores de cursos técnicos do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), investigou-se quais são as variáveis e as causas para a dissociação da formação técnica e humana, frequentemente observadas na educação profissional. Constatou-se a ausência relativa à oferta de disciplinas referentes ao campo da psicologia nos cursos, bem como o profissional da Psicologia ainda é visto, somente, como alguém que auxilia a escola com os alunos “problema”.

Palavras-chave: disciplina, formação, escola.

ABSTRACT

This article has as main objective to analyze the challenges and possibilities of the teaching of Psychology in vocational and technological education. Through applied research to coordinators of the technical CTISM courses –Industrial Technical School of Santa Maria, we intend to investigate what are the variables and the causes for the dissociation of human and technical training often found in professional education. The relative absence of the offer of disciplines related to the field of psychology in the courses, as well as, the professional of psychology is still seen only, as someone who assists the school with the “problematic” students.

Keywords: discipline, training, school.

¹ Trabalho resultante da conclusão do Programa Especial de Graduação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica.

² Acadêmico do Programa Especial de Graduação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: psifilipe@hotmail.com

³ Orientadora. Docente na UFSM - Centro de Educação. E-mail: marciapaixao12@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os cursos técnicos têm sido bastante difundidos e são muitas as opções para quem busca uma qualificação de curta duração e rápida inserção no mercado de trabalho. No entanto, por ter como objetivo a formação prática tais cursos acabam deixando em segundo plano os conhecimentos de algumas áreas, tais como a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia. Porém, é importante salientar que há um Projeto de Lei⁴ (PL-105/2007) que está aguardando aprovação governamental, para que ocorra uma modificação curricular nestes cursos, além disso, os mesmos contêm em seus currículos conteúdos que dizem respeito à Psicologia, retratado pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.

O ensino de Psicologia na educação profissional e tecnológica pode trazer contribuições para diferentes áreas, tanto na formação profissional quanto na formação de sujeitos. A ratificação desta afirmação encontra-se na Lei 4.119, de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo (BRASIL, 1962). Todavia, disciplinas ligadas à Psicologia aparecem vinculadas à formação de profissionais das áreas de saúde e recursos humanos em sua maioria.

Possibilitar espaços para a ampliação dessa área de conhecimento dentro dos cursos de formação profissional possibilita o desenvolvimento de diversas competências que são exigidas no mercado de trabalho como relações humanas, comunicação, desenvolvimento de carreira, gestão de pessoas, além de possibilitar uma formação mais cidadã e crítica sobre os fenômenos sociais e do mundo do trabalho. Estas afirmações são confirmadas e debatidas no decorrer de pesquisas realizadas por Candau e Lelis (1995), Coll (1999), Ely (2003), Levandovski (2008) e Maciel (2009), que relatam sobre a relação teórico-prática na formação do educador, sobre interdisciplinaridade e sobre a atuação do licenciado em Psicologia em cursos técnicos.

Contudo, o que se observa é que o ensino de Psicologia não tem sido integrado à maioria dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica oferecidos na região de Santa Maria (RS), fato que pôde ser observado em pesquisas realizadas nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II e III, do Programa Especial de Graduação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O que tem acarretado dificuldades para a inserção dos alunos com formação na área de Psicologia em estágios e vem instigando reflexões sobre o assunto, na busca por novos espaços de atuação.

No primeiro semestre do Programa Especial de Formação de Professores para Educação Profissional, é oferecida uma disciplina intitulada Estágio Supervisionado I, momento no qual os alunos realizam um levantamento de cursos técnicos buscando espaços para o desenvolvimento das atividades de estágio dos três semestres do curso. É nesse momento em que as dificuldades surgem, pois, os espaços para estágio na área de Psicologia são restritos especialmente nos cursos do Colégio Politécnico e do Colégio Industrial da UFSM.

⁴Disponível em: <<https://goo.gl/PCEFBW>>.

Tais dificuldades são resultado de não haver convênio da universidade com instituições que oferecem cursos nos quais há a oferta de disciplinas ligadas ao ensino da Psicologia. Isso ocorre por não haver disponibilidade de estágios ou, como no caso dos Colégios ligados à UFSM, existirem poucas disciplinas referentes ao ensino de Psicologia em suas matrizes curriculares.

A partir da reflexão sobre a falta de perspectivas e pela busca de possibilidades de atuação do profissional da Psicologia na Educação Profissional e Tecnológica surge a ideia de aprofundar este tema.

OS PRIMEIROS CONTATOS

Este estudo foi desenvolvido através da proposta de participação da pesquisa, feita aos coordenadores de todos os cursos técnicos ministrados junto ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), totalizando onze coordenações. Em relação aos instrumentos e procedimentos metodológicos, foi utilizado um questionário semiestruturado, enviado por correio eletrônico, com seis questões, abordando o tema: *Desafios e Possibilidades do Ensino de Psicologia na Educação Profissional e Tecnológica*. Visando obter subsídios para discutirmos a oferta ou não de disciplinas ligadas à Psicologia, a possibilidade de inserção de disciplinas ligadas a essa área de conhecimento e a importância do Ensino de Psicologia na Educação profissional.

Após muitas tentativas e persistência, descobriu-se que os coordenadores também ministram aulas e que o acesso durante a jornada de trabalho é difícil. Portanto, dos onze coordenadores contatados, apenas quatro responderam ao questionário.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Wittaczik (2008), a educação profissional em nosso país foi sendo constituída no período de transição entre a gradativa substituição das bases agrícola e mercantil pela indústria, concomitantemente a este processo, ocorreu um acréscimo relativo ao aprendizado de ofícios e força de trabalho especializada.

Em meados do século XIX, devido à chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, houve o surgimento da industrialização e, com isso, a instalação de fábricas e manufaturas, como também a criação de instituições como a Imprensa Régia, o Banco do Brasil, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Em 1816, houve a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, para incrementar o ensino das ciências, da economia e da técnica, destinada aos menos favorecidos, objetivando torná-los profissionais úteis ao mercado de trabalho.

Após a independência do Brasil de Portugal, em meados do século XX, na chamada “Era Vargas”, em decorrência da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, ocorre uma centralização do poder, com isso, aumentou a intervenção estatal na economia e na organização da sociedade. Devido

a estes fatores, mais especificamente na esfera da educação, há o surgimento do Conselho Nacional de educação (CNE), como também, o ensino profissional passou a ser gerido pela Inspeção do Ensino Profissional e Técnico.

Em 1934, como iniciativa do governo federal, se estabelece as Diretrizes da Educação Nacional, através do Plano Nacional de Educação e, cinco anos após estes acontecimentos, mais especificamente em 1939, o Presidente Getúlio Vargas estabeleceu que as empresas com mais de quinhentos operários colocassem refeitório para atender seus trabalhadores e instalassem cursos de aperfeiçoamento para jovens e adultos. Um ano após estes feitos, foi estabelecido o Decreto-lei, nº 6.029, regulamentando o funcionamento de cursos profissionais em empresas com mais de quinhentos trabalhadores, prevendo que os jovens aprendizes recebessem salário e formação profissional, sob a responsabilidade dos empregadores. Posteriormente, em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (ROMANELLI, 1984).

No governo de Juscelino Kubitschek, na década seguinte, com o intuito de modernizar e aperfeiçoar a indústria devida as demandas de crescimento do setor secundário e terciário, o Governo do Estado subsidiou tanto o ensino técnico-profissionalizante quanto a educação para o trabalho. O sucessor de Kubitschek, João Goulart, em 1961, assinou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 4.024/61) e a mesma visava à articulação entre ensino profissional e ensino regular.

Em relação ao ensino profissional, a nova Lei postulava que tanto o SENAI quanto o SENAC, deveriam oferecer o Curso Ginásial, de 4 anos, e os Cursos Técnicos, de três anos, equivalentes aos do sistema público de ensino, facultando aos egressos a progressão em qualquer curso de nível superior.

Contextualizando a educação profissional na atualidade, podemos perceber que na “na prática a teoria é outra”. Isto é, não há uma integração entre teoria e prática, devido a um errôneo entendimento sobre esta questão, acarretando em uma dicotomia, ou seja, a teoria está cada vez mais distante da prática (CANDAUI; LELIS, 1995). O manejo quanto às questões relativas ao trabalho docente, torna-se de extrema importância, quando visualizamos a gama de profissionais que compõem a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, isto é, estes docentes provêm de cursos universitários com formação específica em diferentes áreas de atuação, conseqüentemente, grande parte destes trabalhadores da educação leciona sem a devida formação específica para esta finalidade, ou melhor, a docência.

Estas constatações se devem ao fato de que a educação profissional no Brasil é embasada em uma esfera pedagógica tangenciada por uma realidade tecnológica, como também, a uma carência de formação de profissionais da educação especificamente para esta finalidade, quer dizer, um ensino profissional técnico de nível médio de qualidade (PENA, 2010).

De acordo com a Lei 4.119 de 1962, que regulamenta a licenciatura como habilitação nos cursos de Psicologia, ao psicólogo, tanto licenciado quanto bacharel em Psicologia, é proferido o direito de lecionar as disciplinas relacionadas à Psicologia nas escolas de nível médio. Já na LDB,

sancionada em 1961, postula que somente os licenciados estão aptos a lecionar Psicologia no nível médio, não mais sendo permitido ao bacharel exercer essa função.

Com base na legislação, é permitido ao licenciado em Psicologia, atuar nas três instâncias da educação de nível básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) (BRASIL, 1961). Também é importante ressaltar que é de extrema importância verbalizar que o conhecimento imanente das ciências humanas é necessário a constituição da cidadania e formação dos sujeitos (BRASIL, 1962).

Contudo, infelizmente, a Psicologia ainda não foi incorporada ao Ensino Médio de nosso país. Entretanto, há um projeto de lei (PL-105/2007), que já foi sancionado no Congresso Nacional, para que esta realidade seja modificada e possa fazer parte das instituições escolares do Brasil.

No Brasil, existem poucos estudos referentes ao ensino da Psicologia na Educação Profissional. As pesquisas de Maciel (2009), Pereira (2011) e Pires (2009) apontam para diversos fatores como a escassez de pesquisas, publicações, reflexões sobre o ensino de Psicologia na Educação Profissional, bem como a falta de investimento na formação de licenciados em Psicologia e certo descaso da própria área em relação à formação de seus profissionais que serão voltados ao ensino básico, tecnológico e profissionalizante.

De acordo com Pereira (2011), não há informações históricas sobre as contribuições da Psicologia no Ensino Profissional, o que existe são informações relacionadas ao Ensino Médio, já Maciel (2009) aponta para a escassez de estudos sobre a atuação de psicólogos como docentes. Esses fatores podem indicar as razões da não oferta da Psicologia no CTISM. No entanto, o ensino de Psicologia pode trazer contribuições para diversas áreas de formação profissional e tecnológica principalmente quando pensamos em desenvolvimento de competências voltadas à interdisciplinaridade, trabalho em equipe, recursos humanos, entre outros.

Analisando a história da Educação Profissional observa-se um enfoque no treinamento para o exercício de funções técnicas ligadas a profissão, especialmente no período ditatorial militar, vivido pelo Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, quando conhecimentos que tivessem potencial questionador foram expulsos dos currículos (PEREIRA, 2011). O que pode, de alguma forma, explicar a ausência ou escassez de disciplinas ligadas à Psicologia e outras áreas de conhecimento como a Sociologia.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada com cunho qualitativo, isto é, teve como meta pesquisar sobre as opiniões das pessoas acerca do tema da pesquisa. Segundo Minayo (2007), esse tipo de pesquisa argui sobre questões muito particulares, ela se ocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

O estudo foi desenvolvido, através da proposta de participação da pesquisa, feita aos coordenadores de todos os cursos técnicos ministrados junto ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), totalizando onze coordenações. Em relação aos instrumentos e procedimentos metodológicos, foi utilizado um questionário semiestruturado, com seis questões, abordando o tema: *Desafios e Possibilidades do Ensino de Psicologia na Educação Profissional e Tecnológica*. Visando obter subsídios para discutirmos a oferta ou não de disciplinas ligadas à Psicologia, a possibilidade de inserção de disciplinas ligadas a essa área de conhecimento e a importância do Ensino de Psicologia na Educação profissional.

Os questionários foram enviados via correio eletrônico. Os participantes receberam previamente, através de contato telefônico, um esclarecimento a respeito da pesquisa tendo eles a opção de participarem ou não.

Após muitas tentativas e persistência, pois se descobriu ao longo das tentativas de contato que os coordenadores também ministram aulas e que, portanto, são de difícil acesso durante a jornada de trabalho. Dos onze coordenadores contatados, apenas quatro responderam ao questionário, conforme combinado prévia e individualmente em contato via telefone.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do universo de onze coordenadores pesquisados, quatro responderam o questionário proposto. Dentre os que responderam, três deles afirmaram não existir oferta de disciplina ligada ao campo da Psicologia nos cursos que coordenam. Um dos entrevistados relatou a existência da disciplina de relações humanas, mas o professor que ministra a mesma tem formação em Pedagogia. Quando questionados sobre a ausência de disciplinas ligadas a este campo do saber, ficou claro que não há uma preocupação ou conhecimento a respeito do assunto. A desvalorização das possíveis contribuições desta área fica evidente na seguinte afirmação:

A única disciplina na área de ciências humanas de nosso curso trata de relações humanas que poderia ser ministrada por um psicólogo. Entretanto, no nível tratado, a mesma pode ser ministrada por outros profissionais (Entrevistado 1).

Uma das questões propostas tratava de possíveis dificuldades para unificar a formação humana e a preparação para o trabalho. Três deles relataram não encontrar dificuldade para unificar a formação humana com a preparação para o trabalho. E um deles, referiu dificuldade, mas sem especificar detalhes:

Não teria condições de responder claramente, pois a dificuldades e limitações são falados de maneira informal, mas se for realizado uma pesquisa nessa intenção possivelmente teremos indicações sobre essas limitações (Entrevistado 2).

Ao serem questionados em relação à importância da inclusão de profissionais da área de Psicologia ao corpo docente do CTISM, três entrevistados acreditam na importância de professores na área de Psicologia no quadro de profissionais do CTISM.

Acredito que muitos problemas ou situações que acontecem com adolescentes, em termos de “atitudes comportamentais” teríamos melhor compreensão e ajuda de como lidar e eles mesmos melhores se entenderem (Entrevistado 1).

Sim, considero importante. Porém, em função de não haver disciplinas específicas desta área, não sei se haveria justificativa para a presença de um professor da área. Entretanto, acredito ser importante a presença de profissionais da área de Psicologia à disposição dos membros (servidores e alunos) da instituição, como acontece hoje na UFSM. Inclusive este serviço já foi utilizado por alunos do CTISM. (Entrevistado 2).

Torna-se necessário para o atendimento psicológico dos alunos. (Entrevistado 3).

Interessante ressaltar que as duas últimas respostas, nas quais os coordenadores relatam a necessidade de que os profissionais de Psicologia fiquem à disposição de servidores/as e estudantes e que disponibilizem atendimento psicológico, demonstram uma percepção reduzida do trabalho do psicólogo, enfatizando apenas o cunho clínico que os profissionais de Psicologia ainda despertam, mesmo diante de um ambiente escolar.

A última questão abordada era se disciplinas da área de Psicologia podem contribuir para a formação de estudantes da Educação Profissional. Dos quatro entrevistados, três consideraram importante a contribuição de disciplinas de Psicologia para formação dos estudantes. Apenas um não acredita ser necessária a oferta deste tipo de disciplina.

As disciplinas de relações humanas são importantes, mas podem ser ministradas por profissionais que não sejam de Psicologia (Entrevistado 2).

Os coordenadores que creem na contribuição de disciplinas de Psicologia para formação dos estudantes relatam:

Com certeza disciplinas da área de Psicologia podem contribuir para a formação dos alunos, assim como, também, por exemplo, cursos de curta duração, palestras e grupos de apoio na impossibilidade da existência de disciplinas regulares (Entrevistado 2).

Como são alunos que terão que enfrentar um estágio profissional com pouca idade e se tornando um profissional na sua área, uma orientação da Psicologia poderia facilitar e ou impedir dificuldades (Entrevistado 1).

A Psicologia aplicada ao trabalho pode resultar em benefícios na saúde organizacional como um todo, tais como, aspectos de produtividade e da qualidade do trabalho. (Entrevistado 3).

Diante de tais respostas, pode-se inferir que, por um lado, há certo desconhecimento sobre a atuação do profissional de Psicologia como docente na educação profissional e tecnológica; mas,

por outro lado, há uma consciência sobre a importância de tal área de conhecimento para a formação desses sujeitos e para sua futura inserção no mercado de trabalho.

Constata-se que a Psicologia possui um potencial que vem a contribuir no processo de formação de sujeitos mais humanos, mais cidadãos e conhecedores de si. Os cursos técnicos contêm, em seus currículos, conteúdos que dizem respeito à Psicologia como motivação humana, afetividade, trabalho em equipe, ética, Psicologia do trabalho e saúde mental (BRASIL, 1997). Segundo Coll (1999), a Psicologia voltada para o enfoque de formação docente, aplicada como disciplina científica, visa a oferecer subsídios teóricos nos cursos de formação docente, o que vem a contribuir para a melhoria da educação e do ensino. A Psicologia, com ênfase no contexto educacional, é constituída por uma infinidade de pensamentos e concepções filosóficas que, por sua vez, constitui um corpo diversificado de correntes teóricas estudadas e veiculado na educação, contribuindo para a compreensão, desenvolvimento e constituição de sujeitos mais humanos e conhecedores de si.

Seguindo essa lógica, a interdisciplinaridade é vista como um novo princípio e também como método de trabalho nas situações práticas de equipe composta por profissionais de áreas diferentes, mas com objetivos comuns (ELY, 2003). Assim, a Psicologia contribui para o entendimento e a interpretação da diversidade de fenômenos educativos com vistas a proporcionar qualidade ao processo escolar (LEVANDOVSKI, 2008).

CONCLUSÃO

Cabe aos profissionais da Psicologia buscar espaços de atuação e de afirmação de seu conhecimento. Para isso, é necessário que sejam criadas estratégias inovadoras de ensino, e essas não se referem unicamente ao uso de novas tecnologias, refere-se a uma mudança de paradigma, de cultura e de mentalidade não só dos gestores/as, como, também, de todos os atores que participam do processo educativo.

Também é importante salientar a necessidade de um debate sobre as leis que regem o Ensino Técnico brasileiro. O momento atual nos mobiliza para isso, pois a nova proposta para o Ensino Médio⁵ reestruturará o currículo e fechará as oportunidades para a interdisciplinaridade. Uma formação mais humana e menos tecnicista, que prepare os educandos/as não só para o mercado de trabalho, é urgente e necessário.

Devem-se considerar as limitações desse estudo, entre eles o restrito referencial teórico e o tempo disponibilizado para a realização desse estudo, em função de ser um trabalho ligado a um curso de curta duração não permite pesquisas extensivas.

Embora tenha sido um trabalho resumido espera-se contribuir com outros profissionais da área, cumprindo seu objetivo acadêmico e social. Pesquisas futuras podem focar questões não abordadas nesse trabalho além de aprofundar pontos específicos dessa temática.

⁵ Medida Provisória 746, 22 de setembro de 2016 - Presidência da República - Casa Civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: DF, 1962.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto n. 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1997.

CANAU, V. M.; LELIS, I. A. A Relação Teoria-Prática na Formação do Educador. IN: CANAU, V. M. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 49-63.

COLL, S. C. (Org.). **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ELY, R. F. Interdisciplinaridade na Saúde: um campo em construção. **Katalysis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 113-117, 2003.

LEVANDOVSKI, A. R. **Contribuição da disciplina Psicologia da Educação para a prática docente no Ensino Fundamental I - um estudo por meio da Metodologia da Problematização**. 2008. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2008.

MACIEL, M. S. **Cursos Técnicos: um campo de atuação para o licenciado em psicologia na cidade de Belo Horizonte**. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PENA, G. A. C. **Ser Professor na Educação Profissional: um estudo sobre o trabalho docente**. Minas gerais: IFMG Campus Ouro Preto-MG, 2010.

PEREIRA, A. P. **Reflexões sobre o ensino de psicologia em escolas técnicas estaduais de São Paulo**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PIRES, F. H. **O Ensino de Psicologia na Educação Profissional: (des) compromissos docentes com a saúde**. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2009.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

WITTACZIK, L. S. Educação profissional no Brasil: histórico. **E-Tech: atualidades tecnológicas para competitividade industrial**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008.